

Entre Getulina e o Orçamento^{CPI}

D. MAURO MORELLI

Duas mil e quinhentas famílias sem-terra acamparam nas imediações da Fazenda Jangada, em Getulina-SP, com a expectativa de conseguir o espaço necessário para vencer a fome e a miséria pelo trabalho e pela produção de alimentos.

A luta pela cidadania através da ocupação pacífica foi seguida de batalhas jurídicas e mediações solidárias.

Prazos foram conquistados para buscar uma solução que não resguardasse apenas a lei, mas que garantisse também a dimensão social da justiça.

Sofrendo limitações impostas pelo tempo e pela falta de recursos e superando barreiras políticas, o INCRA consegue finalmente realizar perícia que comprova ser improdutiva a Fazenda Jangada.

Em 19 de novembro, com base no laudo de perícia e atendendo ao recurso impetrado pelo Ministério Público, o Supremo Tribunal Federal cassa liminar concedida aos proprietários da Fazenda Jangada, abrindo caminho para a desapropriação por decreto do Presidente da República.

Na tarde do mesmo dia, a Polícia Militar do Estado de São Paulo, com helicóptero, cavalaria, bombas e outras "delicadezas", escorraça crianças, mulheres e homens "armados" com enxadas, foíças e facões, destruindo o acampamento.

Salva a legalidade e frustrada a cidadania, o Brasil retoma o espetáculo da CPI do Orçamento.

Sábado à noite, de volta à minha casa depois de sofrer frustrações em Brasília, vejo nos noticiários da TV as cenas do "Aqui Agora" da humilhação dos "sem-terra" e, com ânsia de vômito, as gargalhadas dos congressistas apreciando as explicações do deputado atolado na lama do orçamento.

A distância que separa Getulina de Brasília ultrapassa de muito a quilometragem da "Quatro Rodas".

Em Getulina, os famintos se apossam do desperdício. Querem ocupar terras improdutivas para viver com dignidade colhendo o fruto do trabalho de suas mãos e do suor de seus corpos. Ofendem a legalidade. Com o rigor da lei, a força do aparato policial e as artimanhas dos jogos políticos são banidos da terra da fartura e devolvidos à indigência. Até as crianças perdem a imunidade da infância. Que não tenham perdido para sempre a inocência dos pacíficos!

Em Brasília, avançaram sobre a riqueza da Nação. Um saque sem escrúpulos e sem limites. Protegidos pela imunidade, tudo fazem para que reine a impunidade.

O rombo do orçamento avacalhou com a República!

O tempo corre. A Nação estarecida e afrontada se pergunta se a honra será reparada e seu patrimônio devolvido com juros e correção monetária!?

O ritual da CPI prossegue entre piadinhas, café e muita água. Evidente que a CPI não deve ferir a legalidade e nem fazer uso de aparato policial para escorraçar vigaristas travestidos de parlamentares. Por razões óbvias não empregará bombas de gás lacrimogêneo!

Cabe a CPI fazer tramitar com urgência, rigor e verdade os processos que haverão de reparar a honra da Nação ultrajada e restaurar a credibilidade do Congresso Nacional.

A CPI deve permanecer vigilante até que seja devolvido o último centavo roubado dos milhões de famintos e indigentes sem cidadania.

O confronto entre o rigor da punição da ilegalidade em Getulina e as regalias da imunidade em Brasília obriga a República a se definir frente à realidade escandalosa dos "sem-terra" e "sem-teto" e de milhões de brasileiros cuja cidadania não é reconhecida, respeitada, promovida e valorizada.

Sem a punição dos assaltantes dos cofres da Nação, com que cara governantes, legisladores e magistrados continuarão a invocar a lei contra o povo que deseja transformar o desperdício em comida para matar a fome?

A lei continuará sendo interpretada em favor do individual e do privado, ignorando ou menosprezando o coletivo e o social?

Que medidas serão tomadas a fim de que a política não continue sendo para muitos profissão e caminho para o enriquecimento através da corrupção e do roubo?

Quando o salário do povo deixará de ser um insulto e a terra improdutiva e prisioneira da ganância?

Até quando os famintos e indigentes deverão esperar que democracia signifique partilha das riquezas do País e terra para trabalhar e viver?

Aos Poderes da República, uma advertência! A Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida é a penúltima chance para resgatar a honra do País, acabar com a fome, erradicar a miséria e construir uma sociedade democrática.

Fome se combate com comida. Miséria, com decisões políticas e mudanças estruturais alicerçadas na ética na justiça.

Este é o tempo de mudanças.

■ Dom Mauro Morelli é bispo da Diocese de Duque de Caxias (RJ) e presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar

JORNAL DE BRASÍLIA

1966 11 20